

Bo  
H

AVISO N.º 22/2016

MEDIDA 19 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA (DLBC) LEADER  
SUBMEDIDA 19.2 – APOIO À REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DO ÂMBITO DAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL (EDL)  
INTERVENÇÃO 7.6 – INVESTIMENTOS ASSOCIADOS AO PATRIMÓNIO CULTURAL E NATURAL E AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO  
AMBIENTAL  
PORTARIA Nº 97/2015, DE 20 DE JULHO  
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA ARDE

Torna-se público que se encontra aberto o período de apresentação de projetos de investimento à Medida 19 – Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER, Submedida 19.2 – Apoio à realização de operações no âmbito da estratégia de desenvolvimento local (EDL) da ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento, intervenção 7.6 – Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental, do Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+).

**1. Objetivos**

Promover a recuperação e conservação do múltiplo e variado património natural e cultural açoriano, bem como promover ações de sustentabilidade ambiental.

**2. Prioridade**

6 – Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais  
B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais.

**3. Área geográfica**

Território de intervenção da ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento, constituído pelos concelhos de Ponta Delgada, em São Miguel e Vila do Porto, em Santa Maria.

**4. Natureza dos beneficiários**

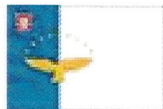
- 4.1 Autarquias locais;
- 4.2 Empresas municipais
- 4.3 Qualquer pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos.

**5. Tipologia dos pedidos de apoio**

As tipologias dos projetos de investimento são, designadamente as constantes do Anexo II da Portaria 97/2015, de 20 de julho, e que dela faz parte integrante.

Os pedidos de apoio devem apresentar um investimento total proposto igual ou superior a 2.500 euros e igual ou inferior a 300.000 euros ou 200.000 euros quando os beneficiários forem Juntas de Freguesia

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de  
Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas zonas  
rurais

ou IPSS e devem ter enquadramento no Anexo I da Portaria 97/2015, de 20 de julho, e que dela faz parte integrante.

#### 6. Dotação Orçamental

A dotação orçamental afeta ao presente aviso é de 118.138,86 euros de Despesa Pública.

#### 7. Número máximo de pedidos de apoio admitidos por beneficiário

Não aplicável.

#### 8. Despesas elegíveis

As despesas elegíveis são, designadamente as constantes do Anexo III da Portaria 97/2015, de 20 de julho, e que dela faz parte integrante.

#### 9. Despesas não elegíveis

As despesas não elegíveis são, designadamente as constantes do Anexo IV da Portaria 97/2015, de 20 de julho, e que dela faz parte integrante.

#### 10. Forma, taxa e limites dos apoios

10.1 Os apoios previstos para esta intervenção assumem a forma de subvenção não reembolsável, comparticipada em 85% pelo FEADER e 15% pelo orçamento regional.

10.2 As taxas de apoio variam entre 80% e 100%, nos termos do Anexo V da Portaria 97/2015, de 20 de julho.

10.3 A concessão dos apoios no âmbito da Portaria 97/2015, de 20 de julho, respeita o estabelecido

	Nível máximo dos apoios	
	Taxa de apoio (%)	Montante (€)
Pessoas coletivas de direito privado	80%	200.000,00 (€)
Autarquias:		
Câmaras Municipais	80%	200.000,00 (€)
Juntas de Freguesia	100%	200.000,00 (€)
Empresas municipais	80%	200.000,00 (€)
IPSS	100%	200.000,00 (€)
Projetos de cariz marcadamente social	100%	200.000,00 (€)

no Regulamento (EU) n.º 1407/2013, da Comissão, de 18 de dezembro, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de *minimis*.

#### 11. Critérios de seleção

Para avaliação dos pedidos de apoio serão aplicados os critérios de seleção, através da seguinte fórmula:

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de  
Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas zonas  
rurais

$$P = 0,25 A + 0,30 B + 0,15 C + 0,15 D + 0,15 E$$

Sendo que:

P – Pontuação

Pontuação total do pedido de apoio que traduz a soma ponderada dos critérios A a E

Apresenta-se a pontuação para cada um dos critérios de seleção:

Intervenção 7.6 - Investimentos associados ao património cultural e natural e ações de sensibilização ambiental:	
<b>A - Conformidade do projeto com os objetivos da EDL</b>	
Não adequado	0
Adequado (1 objetivo)	75
Muito adequado (2 ou mais objetivos)	100
<b>B- Tipologia do projeto</b>	
Projetos relacionados com a preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	100
Projetos relacionados com a refuncionalização de edifícios ligados à cultura e com o património arquitetónico tradicional	75
Projetos relacionados com a sensibilização ambiental	50
Projetos não diretamente relacionados com as tipologias anteriores	0
<b>C - Impacto do projeto no Território de Intervenção</b>	
Sem impacto	0
Com impacto local	75
Com impacto concelhio	100
<b>D- Ambiente</b>	
<b>Vetores:</b>	
Utilização de recursos naturais ou resíduos gerados na região	
Eficiência energética e utilização de energias renováveis	
Contribuição para a sensibilização ambiental	
Redução de ruído	
Gestão eficiente da água	
Introdução de tecnologias eco eficientes	
Proteção ambiental	
Utilização de materiais típicos do território e recursos naturais	
Utilização de técnicas tradicionais de construção	
Preocupação com enquadramento paisagístico	
Outros não identificados	
Nenhum vetor	0
1 vetor	75
2 ou mais vetores	100
<b>E - Grau de articulação com outras áreas (cultura, património arquitetónico, turismo, social, ambiente, desporto)</b>	
Sem articulação	0
Articulação com uma área	75
Articulação com duas ou mais áreas	100

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de  
Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas zonas  
rurais



PS  
17

	Pontuação máxima	100
Fatores de desempate: Primeiro fator de desempate - O pedido de apoio que tiver maior pontuação no critério Tipologia do projeto. Segundo fator de desempate - Maior pontuação no critério Ambiente. Terceiro fator de desempate - Data de entrada do pedido de apoio.		
Para efeitos de seleção consideram-se os pedidos de apoio que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 50 pontos		

## 12. Prazo para apresentação dos pedidos de apoio

A apresentação dos pedidos de apoio decorre de 05 de fevereiro a 29 de abril de 2016.

## 13. Procedimentos para a apresentação dos pedidos de apoio

13.1 A apresentação dos pedidos de apoio é efetuada na sequência da abertura de concurso, de acordo com o plano anual divulgado no portal do PRORURAL+, em <http://proruralmais.azores.gov.pt>, e no portal do Portugal 2020, em [www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt).

13.2 A apresentação dos pedidos de apoio e de todos os documentos ou declarações, que sejam constitutivos da sua elegibilidade, é efetuada por via eletrónica, disponível no portal PRORURAL+, acedendo a **Candidaturas** e selecionando **Formulário de candidatura**, ou acedendo diretamente ao sistema de informação GestPDR, em <https://gestpdr.azores.gov.pt>.

13.3 Para a apresentação dos pedidos de apoio, os beneficiários terão de proceder previamente à identificação do beneficiário (IB), que o permite identificar perante o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP).

A inscrição no sistema de informação do IFAP deve ser realizada presencialmente nos Serviços de Desenvolvimento Agrário da sua ilha ou na ARDE.

13.4 Considera-se a data da última submissão eletrónica do formulário de candidatura como a data de apresentação do pedido de apoio.

## 14. Documentos a apresentar no pedido de apoio

- Identificação Fiscal
- Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade de todos os que obrigam a entidade beneficiária
- Certidão permanente válida, quando aplicável
- Declaração de Início de Atividade
- Cópia dos Estatutos, quando aplicável
- Cópia da ata de eleição dos corpos sociais
- Cópia da ata de aprovação do pedido de apoio
- Relatório e Contas
- Modelo IES, quando aplicável
- Balanço e Demonstração Intercalar, quando aplicável
- Currícula do beneficiário e/ou responsáveis
- Licença Exploração, quando aplicável
- Licença Comercial / Utilização, quando aplicável
- Estudo e avaliação

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de  
Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas zonas  
rurais

ms  
11

- Licenciamento de obras de construção obrigatórios, quando aplicável
- Plano de atividades e orçamento contemplando o projeto
- Plano plurianual de investimento, no caso das autarquias locais
- Dados da conta bancária associada ao pedido de apoio
- Título de posse do terreno ou imóvel (Certidão da Conservatória do Registo Predial, contrato promessa compra e venda, contrato de arrendamento ou outro)
- Orçamentos (devem ser apresentados, no mínimo, três orçamentos para cada um dos investimentos. Os orçamentos devem vir discriminados e sempre que possível acompanhados de catálogos com características técnicas dos equipamentos)
- Financiamento de capital alheio, quando aplicável
- Memória descritiva, quando aplicável
- Alvará de construção, quando aplicável
- Plantas de localização, do estabelecimento e da cobertura, quando aplicável
- Projetos de arquitetura e especialidades, quando aplicável
- Declarações de compromisso para aferir dos critérios de elegibilidade e das obrigações do beneficiário.

#### 15. Pareceres de entidades externas e das entidades que intervêm no processo de decisão

Os investimentos propostos devem ser objeto de parecer prévio por parte das entidades com competência na matéria, quando aplicável.

Após a conclusão da análise do pedido de apoio e aplicação dos critérios de seleção, é emitido um parecer técnico e uma proposta de decisão devidamente fundamentada, sendo esta enviada à Autoridade de Gestão para decisão final.

#### 16. Contactos onde podem ser obtidas informações adicionais

ARDE – Associação Regional para o Desenvolvimento

##### Sede

Rua Manuel Inácio Correia, 73, 1.º Dto

São Sebastião

9500 – 087 Ponta Delgada

São Miguel

Telefone: 296 281 133

Telemóvel: 912 454 177

Fax: 296 281 135

E-mail: [arde.azores@mail.telepac.pt](mailto:arde.azores@mail.telepac.pt)

##### Delegação

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de  
Desenvolvimento Rural  
*A Europa investe nas zonas  
rurais*

Rua Dr. Luís Bettencourt, n.º 69 R/C  
9580 – 529 Vila do Porto  
Santa Maria  
Telefone: 296 882 600  
Fax: 296 882 609  
E-mail: [arde.vpt@gmail.com](mailto:arde.vpt@gmail.com)

**17. Meios de divulgação**

O presente aviso bem como a legislação aplicável, estão disponíveis no portal do PRORURAL+, em <http://proruralmais.azores.gov.pt> e na página Web da ARDE, em [www.arde.pt](http://www.arde.pt).

**18. Processo de divulgação dos resultados**

Os pedidos de apoio decididos serão divulgados no site do PRORURAL+, em <http://proruralmais.azores.gov.pt>.

Ponta Delgada, 05 de fevereiro de 2016

O Organismo Intermédio de Gestão



Pedro Filipe Rodrigues Furtado



Patrícia de Lurdes Raposo Pereira Branco Santos

Cofinanciado por:



Governo dos Açores



União Europeia

Fundo Europeu Agrícola de  
Desenvolvimento Rural  
A Europa investe nas zonas  
rurais